

**Experiências Interculturais e Saberes Étnico-Raciais: de Sabido e de Matuto Todo Mundo**

Aprende Junto

**Intercultural Experiences and Ethnic-Racial Knowledge: from Sabido and Matuto**

Everyone Learns Together

Iêda Oliveira Mota<sup>1</sup>  
Tiago Tendai Chingore<sup>2</sup>  
Marta Genú Soares<sup>3</sup>**Resumo**

Trata da temática dos saberes locais, da tradição e ancestrais, no campo dos estudos culturais a partir da observação prática e investigativa desenvolvida de forma interinstitucional entre as Universidades do Pará (PA) e Rio Grande do Norte (RN). Têm como corpo de estudo a construção dialogada com a comunidade indígena do Catu e a Gamboa do Jaguaribe (RN) e a quilombola de Itaboca do Inhangapi (PA), e o objetivo geral de evidenciar os saberes locais como estratégia de sustentabilidade, organização social e resistência cultural. Usa como aporte teórico os conceitos de diálogo, de identidade e de pertencimento em pressupostos de Freire (2015; 2000), Adichie (2019) e Acevedo e Castro (1998) e de estudiosos que produzem sobre estudos interculturais. Entre os objetivos específicos relata a vivência de mobilidade acadêmica e demonstra a lógica do pensamento local e do conhecimento científico. Aplica a Etnometodologia operacionalizada nos procedimentos de observação, registros de campo e informes de personalidades das comunidades. Tem nos resultados, narrativas que expressam saberes e elaborações culturais trazidas da ancestralidade e transformadas em ação de práticas educativas, economia sustentável e saúde atualizada com os contextos vividos e as demandas das comunidades. Para tanto, o texto está organizado em cinco tópicos e se inicia na introdução com apresentação do tema, seguido do conhecimento sensível e dos saberes quilombolas, no tópico quatro o trato com a cultura indígena e conclui que os processos de vida nas comunidades são saberes locais em diálogo com ensinamentos teóricos trabalhados pela ciência.

**Palavras-Chave:** Educação Étnico-racial. Interculturalidade. Saber local. Resistência.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação, linha de pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, pela Universidade do Estado do Pará (2021), Mestra em Educação Física, área de concentração Educação Física, Ciências Sociais e Humanas pela Universidade Federal de Pelotas (2014), Especialista em Educação Especial e Educação Inclusiva pela Faculdade Internacional de Curitiba (2011), graduada em Educação Física pela Universidade Federal do Amazonas (2003). Possui experiência em Educação Física Escolar, Infância, Educação do Campo, Formação de Professores e Educação Física Adaptada.

<sup>2</sup> Pós-doutorando na Universidade do Estado do Pará-Brasil. Doutor em Filosofia pela Universidade Pedagógica - Moçambique (2017). Mestre em Educação/Ensino de Filosofia (2012), Licenciado em Ensino de Filosofia (2008) e Bacharel em Ensino de Filosofia (2006). Docente afeto ao Departamento de Filosofia e Ciências Sociais, Curso de Filosofia desde 2008. Desde 2018, é professor convidado no Programa de Pós-graduação em Filosofia Profissional da Universidade Federal do Piauí (PROFI-UFPI), leciona a disciplina Filosofia Política e Social, com ênfase em temas contemporâneos de filosofia política africana.

<sup>3</sup> Doutora em Educação. Professora Titular do programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de Graduação em educação Física da Universidade do Estado do Pará. Líder do Grupo de Pesquisa Ressignificar-Experiências Inovadoras na formação de professores.

### Abstract

It deals with the theme of local knowledge, tradition and ancestors, in the field of cultural studies based on practical and investigative observation developed in an interinstitutional manner between the Universities of Pará (PA) and Rio Grande do Norte (RN). Their body of study is the construction in dialogue with the indigenous community of Catu and Gamboa do Jaguaribe (RN) and the quilombola of Itaboca do Inhangapi (PA), and the general objective of highlighting local knowledge as a sustainability strategy, social organization and cultural resistance. It uses as a theoretical contribution the concepts of dialogue, identity and belonging based on the assumptions of Freire (2015; 2000), Adichie (2019) and Acevedo and Castro (1998) and scholars who produce intercultural studies. Among the specific objectives, it reports the experience of academic mobility and demonstrates the logic of local thought and scientific knowledge. Applies Ethnomethodology operationalized in observation procedures, field records and reports from community personalities. The results contain narratives that express knowledge and cultural elaborations brought from ancestry and transformed into action of educational practices, sustainable economy and health updated with the lived contexts and demands of the communities. To this end, the text is organized into five topics and begins in the introduction with a presentation of the topic, followed by sensitive knowledge and quilombola knowledge, in topic four dealing with indigenous culture and concluding that the life processes in communities are local knowledge. in dialogue with theoretical teachings worked by science.

**Keywords:** Ethnic-racial Education. Interculturality. Know local. Resistance.

### 1 Introdução

A mobilidade acadêmica, como ação e objetivo, proporcionados pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD-Amazônia), fruto da cooperação entre a Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), aborda experiências vivenciadas no Estado do Rio Grande do Norte (RN), articuladas entre pesquisadoras e pesquisadores da UEPA e UFRN.

Nessa imersão acadêmica, as experiências dialogam com o Eixo 6 do projeto intitulado PROCAD-Amazônia – Relações Étnico-raciais e Educação Intercultural, temáticas que atravessam as pesquisas que desenvolvemos no Estado do Pará. Desse modo, com enfoque nas práticas pedagógicas e Educação Quilombola, uma pesquisa de mestrado analisou se as práticas pedagógicas dos professores e professoras consideram a realidade sociocultural e histórica dos alunos e alunas, para viabilizar o fortalecimento sócio-histórico dos sujeitos quilombolas na Comunidade Quilombola Itaboca Inhangapi/PA, nordeste paraense.

É a partir das experiências, nesses campos investigativos com Povos e Comunidades Tradicionais<sup>4</sup> (PCT) (BRASIL, 2007) que, como objetivo geral desta escrita, fizemos a imersão

---

<sup>4</sup> Conforme Decreto Nº 6.040, de 07 de janeiro de 2007, Artigo 3º, Inciso I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

por meio de vivências da mobilidade acadêmica em tela, considerando que é possível contribuir, a partir da busca pelo reconhecimento de direitos e respeito à sua sócia diversidade étnica. Consideramos comunidades quilombolas as terras onde reside a população negra remanescente de quilombos constituídos por negros escravizados, bem como as comunidades indígenas compostas por sujeitos autodeclarados que ocupam terras garantidas por lei.

Nesse aspecto, Maldonado-Torres (2007) chama atenção para a importância da reivindicação das identidades negadas como uma prática fundamental na descolonização do ser, pois se trata do reencontro do sentido do ser humano, e do ser em geral, por parte daqueles que foram considerados na modernidade meros humanos. Para o autor, o que está em questão é a liberação de grandes imaginários arbitrários propagados pelas relações de subalternidade deixadas pelo ocidente.

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, em sua obra “O perigo de uma história única” chama a atenção para as representações construídas pelo pensamento moderno ocidental a respeito do continente Africano. A história única, diz ela, “cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que seja mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (Adichie, 2019, p. 26). Esse pensamento limitante criticado pela autora a partir da construção de estereótipos que inferiorizam, desumanizam, determinam lugares e objetificam os sujeitos, e também determinou as representações construídas sobre a população negra escravizada no Brasil.

Um olhar em retrospectiva para o nosso passado colonial, marcado pelas múltiplas formas de violências, associado à ausência de políticas públicas para com a população negra escravizada, reduzida na história ao estereótipo de escravos e escravas, desconsiderando sua memória histórica, seus saberes, suas culturas e seus movimentos de resistência contra as mais diferentes formas de opressões que incidiram sobre suas vidas, contribuíram para sua manutenção à margem da sociedade. Entretanto, diferentemente do que o pensamento moderno ocidental afirmava os povos colonizados/escravizados não eram desprovidos de histórias, conhecimento e culturas, apenas foram e ainda são duramente subjugados e estigmatizados.

Nesse processo de construção de subjetividades alimentado por ideologias presentes na ideia de história única, a educação exerce um papel fundamental, pois estando a serviço dos grupos hegemônicos na hierarquia de poder, por meio da educação escolar, reforça identidades, mantém a subserviência e constrói modelos educacionais que reforçam seus interesses e a manutenção de seus privilégios. Nessa perspectiva, o povo, aqui compreendido como as

minorias sociais, é concebido como os incultos, desprovidos de conhecimentos e saberes, incapazes de pensar por si, necessita assim, da educação para saírem da ignorância.

Frente a essas visões limitantes de conceber o sujeito e a educação, o educador brasileiro Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1987), criticou e denunciou a exclusão das classes populares, a quem ele nominou como oprimidos, do projeto de desenvolvimento do país pela classe dominante por meio do modelo alienante de educação, denominada “bancária”, na qual homens e mulheres são concebidos como receptáculos vazios, sujeitos acrílicos, desprovidos de saberes e culturas, sendo esse “‘saber’ uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber” (Freire, 1987, p. 33). O pensamento e as ações do autor incomodaram as elites e provocaram uma crise nas estruturas de poder, mas, sobretudo, fissuras na forma de conceber a educação, as quais apontaram novos caminhos e tornaram-se referências no país e para o mundo.

Freire (2000) é categórico ao afirmar que “a educação que, não podendo jamais ser neutra, tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos à realidade tida como intocável” (Freire, 2000, p. 27).

O autor ao compreender e assumir a educação como um ato político, a serviço da humanização e, o homem, como um ser inacabado, inconcluso, histórico, que se constrói a partir da relação com o outro no mundo e com o mundo, defende a educação como uma prática de liberdade que se coloca a serviço da libertação do homem, do seu pensar autêntico, do seu poder de criação e crítica, uma educação que retire o homem do lugar de objeto para o homem sujeito, consciente de si (Freire, 2015, p. 38).

Situados a partir da compreensão de que os homens e as mulheres enquanto sujeitos, não objetos, engajados na luta por sua libertação em constante movimento de resistência, frente a toda a forma de opressão que os desumaniza e os impede de serem mais, e assim, criam estratégias e transformam suas realidades, que adentramos nos espaços e lugares que nos foram permitidos acessar nessa mobilidade acadêmica com o objetivo de evidenciar os saberes e fazeres dos PCT localizados no estado do RN, manifestados em suas práticas interculturais e nos diferentes modos de existir e resistir.

Para tanto, adotamos a Educação Intercultural como campo teórico em uma inter-relação com o pensamento do educador brasileiro Paulo Freire, em diálogo com as práticas interculturais dos PCT e as nossas experiências acadêmicas e profissionais, de modo que esta

articulação contribua para proposições teóricas e práticas, contra hegemônicas e que dialoguem com os saberes e fazeres dos grupos socioculturais subalternizados à cultura hegemônica.

## 2 Caminhos de Pesquisa e Suporte Investigativo

O presente estudo com abordagem qualitativa busca discorrer sobre as vivências de uma mobilidade acadêmica, tendo como fundamentação teórica a educação intercultural em inter-relação com o pensamento do educador Paulo Freire em diálogo com as práticas interculturais dos PCT observados. Desta feita, os conceitos, as ideias e os princípios localizados na produção do referencial teórico foram elencados e, à luz das experiências acumuladas pelas autoras e autor, e desencadearam a escrita que registra o pensamento investigativo no campo da educação e das práticas interculturais.

Marconi e Lakatos (2010) destacam que a abordagem qualitativa se preocupa a analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento. O aporte teórico aqui empreendido permite compreender o debate na inter-relação estabelecida, além de contribuir para a construção de uma contextualização para a questão abordada.

Nesse ínterim, as pesquisas desenvolvidas pelas Universidades cooperadas, constituem-se a razão da mobilidade acadêmica, das missões docentes, que incluem o ensino, a pesquisa e a extensão. Para tanto, a aproximação entre os pesquisadores da UEPA e UFRN foi fundamental para o alinhamento e direcionamento das atividades que constituíram as missões, e que se constituem em objeto deste artigo.

Em vista disso, realizamos encontros virtuais via *Google Meet*, a partir deles definimos o período da viagem, bem como a distribuição das atividades e respectivos responsáveis pela logística em cada etapa, as quais se constituíram de participação em aulas no programa de pós-graduação em Educação da UFRN e práticas de campo, dentre elas: visita em duas comunidades quilombolas, Arrojado e Pêga, localizados no município de Portalegre, RN; visita a comunidade indígena Catu, no município de Canguaretama/RN; e visita a reserva ecológica Gamboa do Jaguaribe.

A participação em aulas constituiu-se a primeira atividade da missão, participamos da disciplina Linguagem e Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN. Nessa interação, as discussões se voltaram para o conceito de Linguagem a partir dos autores

Merleau-Ponty e Paul Zumthor. Dentre as atividades desenvolvidas estava a apresentação de um exemplo de linguagem a partir da obra “Performance, Recepção e Leitura” de Paul Zumthor (2007).

Nessa relação intercultural com os acadêmicos da UFRN e a partir da nossa compreensão da obra do autor apresentamos o vídeo com a música “no meio do pitiú” da cantora, compositora e professora paraense, Dona Onete. A justificativa para a escolha dessa música se deu pelos muitos símbolos representativos da cultura paraense presentes no vídeo e, principalmente, por retratar o poder da voz e dos sentidos valorizados pela tradição oral, defendidos por Zumthor (2007).

Dessa maneira, concluímos a primeira atividade da missão acadêmica e destacamos que as interações com os mestrandos e doutorandos do PPGED-UFRN, foram socializadas por meio da pluralidade de linguagens, das múltiplas formas de comunicação expressadas pelo corpo vivo a partir da leitura de mundo de cada um dos sujeitos presentes na turma, considerando suas realidades socioculturais produzidas e vivenciadas em outros espaços e lugares. Assim, nos despedimos de Natal/RN e movidos pela curiosidade epistêmica partimos ao encontro dos outros sujeitos e lugares que dão vida e enriquecem a produção deste texto.

### **3 A Viagem como Experiência Sensível - Saberes e Viveres Quilombolas**

Das bonitezas do caminho investigativo, nosso objetivo deste tópico para falar da importância da mobilidade acadêmica, passamos por Angicos/RN e o monumento de Paulo Freire na BR-304, imagem 1, eterniza o marco inicial de um processo educativo que transformou não só a vida dos adultos que foram alfabetizados pelo método Freiriano, por meio dos Círculos de Culturas, mas a história da educação brasileira. As 40hs que revolucionaram a forma de alfabetizar e (re) pensar a educação brasileira, inscritas no monumento, reafirmam para nós que “os sonhos são projetos pelos quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos” (FREIRE, 2000, p. 26). Mas na luta junto a outros homens e mulheres, movidos pelo amor, esperança e, também, pela justa raiva.

O monumento à margem da estrada, aparentemente isolado, no semiárido, nos faz refletir sobre a grandeza e humanidade de Paulo Freire. Um educador comprometido com a transformação do mundo, tendo como pressuposto a libertação dos sujeitos de qualquer tipo de opressão social, assim, se colocou junto aos marginalizados, aos esfarrapados do mundo, os oprimidos, junto àqueles que, até então, eram invisíveis para o sistema educacional brasileiro.

**IMAGEM 1:** Monumento Paulo Freire - BR 304 – Angicos/RN



**Fonte:** Acervo pessoal, 2022.

Paulo Freire vive! Vive nos monumentos; vive, principalmente, nos sujeitos que se educam entre si e estão mediatizados pelo mundo (FREIRE, 1987); vive nas academias; nas práticas pedagógicas de educadores e educadoras que fazem da educação um instrumento de transformação de vidas, de renovação de esperanças, mas a esperança da qual Paulo Freire tanto falava de o verbo esperar.

Movidos pela esperança e renovados a partir das reflexões partilhadas a partir dessa parada obrigatória, seguimos viagem em direção ao município de Portalegre/RN para as práticas de campo, constituídas de visitas às comunidades quilombolas: Arrojado e Pêga. Portalegre/RN situa-se em uma região serrana, cenário muito diferente das imagens praianas que estávamos habituados a ver em Natal/RN.

Nossa primeira imersão foi na comunidade do Arrojado, localizada a 6,2 km da cidade de Portalegre/RN. Fizemos o trajeto de carro e, ao longo do percurso, percebemos as similaridades quanto ao processo de ocupação dos territórios pelos povos quilombolas entre as várias regiões do país, como por exemplo, no município de Oriximiná, lócus de uma das pesquisas que desenvolvemos no Estado do Pará. No referido município, os negros escravizados procuraram as “águas bravas” das cachoeiras do rio Trombetas como esconderijo, demarcando o seu território a partir do curso do rio, “abaixo das cachoeiras o mundo branco e do senhor, no alto das cachoeiras o mundo dos escravos fugidos” (Acevedo; Castro, p. 56).

Em suas rotas de fuga, os negros escravizados procuravam as regiões mais distantes, de difícil acesso para dificultar o deslocamento dos seus senhores, bem como sua captura pelos capitães do mato, estratégia de sobrevivência utilizada tanto pelos quilombolas de Oriximiná quanto pelos da comunidade do Arrojado. Nesse processo de ocupação territorial há saberes,

organização social, estratégias de resistência e intervenção frente às condições impostas pela natureza e pelos homens brancos, que a qualquer momento exigiam dessa população a descoberta de novos caminhos para a construção de outras realidades, prova que “enquanto o animal é essencialmente um ser da acomodação e do ajustamento, o homem o é da integração” (Freire, 2015, p. 42).

Prosseguimos conhecendo os espaços e os lugares de uso coletivo; observamos que cada casa possui sua própria cisterna vinculada ao seu telhado para captura de água da chuva, além da existência de cisternas coletivas para captura da água da enxurrada, imagens 2 e 3 respectivamente. Esse processo é fruto das políticas públicas do governo federal, com início no ano de 2003, para suprir a escassez de água na região.

**IMAGEM 2** - Cisterna residencial  
Comunidade Arrojado – Portalegre/RN



**Fonte:** Visita de campo julho/2022.

**IMAGEM 3** - Cisterna coletiva  
Comunidade Arrojado – Portalegre/RN



**Fonte:** Visita de campo julho/2022.

Esse sistema de abastecimento de água, embora seja conhecido por nós, via reportagens e noticiários, ver in lócus uma problemática que afeta as necessidades básicas da existência humana e as estratégias utilizadas para supri-las, nos fazem refletir sobre o descaso de décadas sobre um elemento tão essencial para a vida que atinge toda a cadeia produtiva de alimentos para uma população que conviveu/convive com a seca e, conseqüentemente, a fome. Igualmente, perceber os impactos de uma problemática que não faz parte dos contextos nos quais estamos inseridos despertam em nós sentimentos de valorização daquilo que se faz presente de forma tão natural em nossas vidas.



A comunidade do Arrojado tem sua essência na base familiar, pois, o seu território é ocupado por grandes grupos familiares, processo no qual os genitores vão doando espaços dentro de suas demarcações territoriais aos seus filhos. Dessa forma, a comunidade foi povoando-se. Igualmente, salienta-se que mesmo diante de algumas conquistas, a comunidade ainda enfrenta muitas dificuldades, haja vista que não possui escola e nem posto de saúde. Realidade que tem levado muitas famílias a migrarem para os centros urbanos dos municípios circunvizinhos em busca de atendimentos básicos, bem como outras oportunidades de trabalho, uma vez que a base econômica na comunidade é a agricultura de subsistência.

Durante a visita a comunidade, tivemos o privilégio de conhecer e dialogar com o senhor Thiago Saturno, coordenador e treinador do projeto de futebol “Quilombola no Esporte”, desenvolvido com as crianças e adolescentes da comunidade, o qual funciona em um campo de chão batido. Conforme relato, o projeto busca promover a igualdade racial por meio do esporte, estabelecendo os seguintes critérios para inclusão dos participantes: frequência na escola; bom rendimento escolar; cumprir o regulamento do projeto. Além disso, o coordenador ressalta a importância da boa convivência em grupo, uma vez que a premissa do projeto é preparar os meninos para a vida em sociedade, pautado no respeito e na tolerância.

O projeto atende a um número significativo de estudantes e conforme o coordenador tem sido um instrumento de prevenção ao uso de drogas que avança das cidades para a comunidade. Percebemos nessa iniciativa voluntária uma função sociocultural muito relevante, além de proporcionar uma atividade de lazer para as crianças e adolescentes da comunidade.

O coordenador menciona o escasso apoio do poder público para suprir as demandas do projeto, o que inclui a compra de materiais esportivos, uniformes e despesas com transporte e alimentação para a participação de competições em outras localidades. Diante da limitação de recursos, o senhor Thiago encontrou nas doações de amigos e voluntários o apoio para continuar. Essa corrente de solidariedade ultrapassou os limites da comunidade a partir da utilização das redes sociais, alternativa encontrada para buscar parcerias para as atividades do projeto. Apesar das dificuldades relatadas, a divulgação via redes sociais tem sido positiva, conforme o coordenador, o projeto já recebeu doações inclusive de outros países.

Essa estratégia utilizada pelo coordenador, junto aos seus companheiros de luta, reforça o sentimento de que “não haveria cultura e nem história sem inovação, sem criatividade, sem curiosidade, sem liberdade sendo exercida ou sem liberdade pela qual, sendo negada, se luta” (Freire, 2000, p. 16), isso confirma que as comunidades quilombolas, a partir das condições em

que se encontram e dos recursos que dispõem, vêm se reinventando para superar seus problemas diante da omissão histórica do Estado brasileiro, e assim, ressignificam suas práticas sociais e culturais.

As atividades desenvolvidas pelo projeto incluem os treinamentos na comunidade e a participação em competições, principalmente torneios com outras comunidades. Processo que promove o deslocamento dos integrantes do projeto para outras localidades, da mesma forma que as outras associações também participam dos torneios na comunidade do Arrojado. Dinâmica que promove trocas de experiências e vivências entre esses grupos. Desse modo, ocorre o processo intercultural mobilizado pelo espírito esportivo, no qual o respeito e as regras sócias esportivas prevalecem na relação sociocultural entre os sujeitos quilombolas.

Percebemos que a igreja funciona para além dos ritos religiosos, é uma espécie de ponto de encontro para os festejos religiosos, palestras, campanhas de vacinação ou quando há necessidade de reunir os comunitários. A igreja é o lugar da partilha coletiva, dos combinados da comunidade. É importante destacar que o catolicismo não é unanimidade na comunidade, há uma igreja evangélica, os quais também frequentam o espaço da igreja.

A doação do terreno para a igreja que abriga o padroeiro da comunidade, São Francisco, entrelaça-se com a história de vida da guardiã, pois diante da necessidade de voluntários para as atividades da igreja nasce uma amizade entre a guardiã e o padre italiano, o pároco de Portalegre/RN. Segundo ela, o padre Dário aproximou-se da comunidade para promover o fortalecimento da evangelização católica, assim como possibilitar o processo de articulação e organização de seus membros, no sentido de reivindicar junto ao estado seus direitos negados, tal como questionar novas políticas afirmativas.

Esse processo não se deu de forma tranquila, foram muitos os desafios a serem vencidos, a começar pela timidez e vergonha por não saber ler, superados pelo apoio do amigo, o padre, e da corrente de afeto construído entre os voluntários da igreja, os quais segundo a guardiã foram importantes para o desenvolvimento da comunidade e, sobretudo, para o seu crescimento pessoal e autonomia frente as demandas da igreja e da comunidade.

Observamos nesse processo de apropriação da leitura grafada pela guardiã, um dos fundamentos da experiência educativa de Paulo Freire, o diálogo. Freire (2015) acreditava na educação como um processo dialógico, estabelecido a partir da relação com o outro, de forma ativa e horizontal. Assim, pelo diálogo “nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois polos do diálogo se ligam

assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação” (Freire, 2015, p. 103).

Pelo diálogo a guardiã se conectou com o padre e com os outros sujeitos da comunidade do Arrojado e a partir dessa relação conectaram-se com os dois mundos descritos por Freire (2015, p. 104), o da natureza e o da cultura. A compreensão desses dois mundos, por meio do conceito antropológico de cultura, constitui-se como fase antecessora ao processo de alfabetização que possibilita superar a compreensão ingênua do mundo pela consciência crítica, em um papel ativo do homem com sua realidade.

No processo constitutivo da guardiã e líder comunitária, percebemos as inseguranças que atravessaram sua transformação frente aos papéis e lugares sociais ocupados por ela. Contudo, o despertar como uma líder comunitária foi percebido a partir dos incômodos sentidos por outros comunitários ao acharem que ela queria ser superior a outras pessoas da comunidade. Situações como essas traziam sentimentos de tristezas, conflitos que foram vencidos graças ao apoio dos seus familiares, do padre e pelo reconhecimento público das ações da senhora guardiã da igreja para a comunidade do Arrojado, manifestado por meio de um convite para participar de um evento alusivo ao Dia da Consciência Negra na Câmara Municipal de Portalegre/RN.

No referido evento, a guardiã falou sobre a importância desse dia, ao lembrar essa experiência era nítida a mistura de nervosismo e felicidade provocados por essa lembrança; ela se sentiu especial, valorizada, orgulhosa e importante em estar ocupando o mesmo espaço que tantas pessoas “sabidas”, como ela mesma diz, estavam. Ela nos mostrou com orgulho e radiante de felicidade o certificado emoldurado que recebeu por sua grandiosa contribuição nesse evento, o qual decora a estante da sua sala. Percebemos que os aprendizados da escrita e da leitura pela guardiã enriqueceram e fortaleceram o seu lugar social dentro da sua comunidade e ampliaram sua comunicação no mundo e com o mundo, desempenhando o “papel de sujeito e não de mero e permanente objeto” (Freire, 2015, p. 104).

A guardiã da igreja, mulher quilombola, cuja identidade é atravessada pela religião católica, descobriu-se criticamente como fazedora desse mundo da cultura, líder comunitária da comunidade do Arrojado da qual tem muito orgulho e pertencimento, demonstra em sua trajetória de vida muita sabedoria desenvolvida em sua vivência na comunidade e acrescenta que as pessoas deveriam se importar menos com as conversas que circulam no dia a dia, ressaltando que independente da religião ou crença somos todos irmãos, e o que importa é o

amor, porque só existe um Deus. Dessa forma, afirmando um verdadeiro exemplo de respeito, empatia e tolerância.

Despedimo-nos da comunidade do Arrojado destacando, na íntegra, um trecho da fala da guardiã que resume esse encontro, “o sabido ensina o matuto, o matuto ensina sabido; no final todo mundo aprende junto”. Nós, matutos paraenses, ficamos matutando em silêncio e, posteriormente juntos, após conhecer, escutar e aprender com a sabida guardiã. O que se tornou de tal impacto que adotamos como subtítulo deste texto.

Nosso próximo destino foi à comunidade quilombola do Pêga, circunvizinha a comunidade do Arrojado, uma comunidade mais estruturada no que concerne à assistência básica, como saúde e educação. Essas conquistas, conforme relatado pelo senhor Antônio, morador da comunidade, é resultado das lutas dos sujeitos quilombolas, os quais de forma coletiva reivindicam seus direitos junto ao poder público. Os pequenos progressos provenientes das lutas coletivas, narrados por outros moradores, reforçam o sentimento de pertencimento ao seu território por motivos “outros”, expoente que vem potencializando sua organização e articulação para lutarem por melhores condições e direitos sociais.

A estrutura familiar é muito forte no Pêga o que possibilita uma melhor articulação dos membros da comunidade, viabilizando um processo de resistência mais forte frente suas demandas históricas. Nesse sentido, o processo de afirmação dos sujeitos como quilombolas denota-se mais forte no Pêga do que no Arrojado. Vale pontuar que a fundação da comunidade do Pêga é mais antiga à do Arrojado.

No decorrer da visita conhecemos uma senhora referência na comunidade, uma pessoa muito alegre e receptiva que carrega no corpo a memória histórica das suas lutas enquanto mulher quilombola. Ao longo do tempo, acumulou muitos saberes e conhecimentos, experiências que fazem dela, história viva da comunidade do Pêga, pois narra com muita propriedade as lutas e resistências dos moradores por melhores condições de sobrevivência, a qual socializa com muito orgulho e satisfação. Por outro lado, das conquistas do tempo presente, um senhor pontua a água encanada, a escola, a Unidade Básica de Saúde - UBS, entre outras, como fruto da luta coletivas dos quilombolas. Realidade que retrata que a população negra ainda continua resistindo contra a política perversa do Estado brasileiro.

No transcorrer da nossa visita à comunidade, observamos as marcas dos saberes identitários e ancestrais da senhora, manifestado nas tranças em seus cabelos, um trançado vivo e marcante que contornava toda a cabeça, uma espécie de coroa feita por ela, penteado que ela

faz questão de cultivar e socializar. Na ocasião, ela demonstrou toda a sua habilidade em trançar cabelos, quando com muita satisfação e alegria socializou esse saber-fazer de forma processual e metódica no cabelo de uma das pesquisadoras, fazendo questão de ensinar o passo a passo da produção das tranças. Processo que registra e afirma o conhecimento dos afro-brasileiros, os quais em pleno século XXI, a sua cultura e saberes ainda continuam sendo marginalizados e discriminados. Nessa ótica, esses conhecimentos precisam ser afirmados e visibilizados socialmente, para desconstruir a narrativa moderna que impõem o conhecimento científico como único e verdadeiro. Diante disso, esse curto e intenso contato com a região do semiárido foi esclarecedor para tantas questões tratadas na superficialidade, folclorizadas e por vezes, inferiorizadas, em cenário nacional.

#### **4 Cultura Indígena: Turismo, Educação e Resistências**

As visitas da missão compreenderam os quilombos e as comunidades indígenas e, para tratarmos dessa última registramos a cultura indígena como transformação cultural do lugar que visitamos e vivenciamos o modo singular de organização que esses sujeitos encontraram para própria sustentação e forma de resistência a sua existência, que foram o turismo e a educação indígena com os ancestrais. Tratamos nesse tópico, como objetivo específico do registro das experiências, a lógica do pensamento indígena da comunidade.

De volta a capital Potiguar, nos deslocamos para mais uma prática de campo constitutiva dessa mobilidade acadêmica, visita à reserva Gamboa do Jaguaribe. Um sítio histórico e ecológico com cinco hectares de mata ciliar e manguezal localizado no bairro de Redinha, em Natal/RN, espaço estruturado para fomentar os estudos sobre educação ambiental e as culturas, conhecimentos e saberes indígenas potiguaras, bem como de outras etnias.

No local, reside um grupo autodenominado de indígenas não aldeados, como nos esclareceu Gamboa: “nos descobrimos indígenas em contexto urbano”. Conforme descrito no folder disponibilizado para nós, o grupo se considera “um coletivo de estudos formado por indígenas em contexto urbano que dialogam sobre diversidades indígenas, culturais, ambientais e alimentares que disseminam saberes para desconstrução destes estereótipos”.

Nesse sentido, a contribuição dos Estudos Culturais ao questionar as relações de poder que atravessam as diversidades culturais dá centralidade ao Multiculturalismo Crítico (MC) e à Interculturalidade Crítica (IC), conceitos que

Aparecem na educação brasileira por meio do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, com as políticas afirmativas das minorias étnicas, as propostas

de inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais na escola, e por meio da ampliação e reconhecimento de diversos movimentos sociais, entre os quais os de gênero e de pessoas da terceira idade, nos diferentes processos educativos e sociais (Oliveira, 2015, p.69).

Optamos pela adoção do termo turismo indígena, ao invés de etnoturismo. A opção por esse conceito se justifica em razão dele partir do movimento de organização dos povos indígenas que se fortaleceu no México e posteriormente por toda a América Latina em meados dos anos setenta. Esse movimento que tinha por objetivo “a luta pela libertação e a reivindicação de direitos básicos que regem a vida humana, o grupo passou a reivindicar o direito de promover e desenvolver sua cultura, e manteve uma posição e rejeição à folclorização e exploração” (Gonzalez, 2008, p. 127).

Dessa forma, a partir desse movimento organizado pelos povos indígenas, o turismo com enfoque em suas culturas, deve considerar suas abordagens, suas necessidades e visões de mundo, bem como seus movimentos de lutas e organização. Nessa perspectiva, o turismo indígena é

A atividade onde as comunidades e povos indígenas oferecem ao visitante a oportunidade de compartilhar suas tradições, usos e costumes, o que permite valorizar e preservar seus elementos culturais além do reconhecimento de sua identidade, em interação cotidiana com seu meio ambiente de maneira sustentável. Ao mesmo tempo, promove-se um desenvolvimento comunitário integral, consciente, responsável e solidário (Gonzalez, 2008, p. 133).

A ONG Gamboa do Jaguaribe procura evidenciar a partir das suas ações sua cosmovisão de mundo, valorizar suas culturas e como forma de reafirmar suas identidades, assim como promover a preservação e sustentabilidade do meio ambiente. Para tanto, possibilita a instituições escolares e não escolares, pesquisadores, turistas, experiências voltadas para a valorização e preservação da cultura indígena, incluindo seus povos, territórios, suas lutas e resistências frente às múltiplas formas de apagamento da sua história e existência.

Para receber esses grupos, a ONG dispõe de uma grande oca, onde funciona a cineoca (imagem 4), na qual são trabalhados documentários e filmes sobre a história e cultura dos povos indígenas; o espaço do redário, onde ficam as redes (imagem 5); a área de alimentação; e a lojinha de venda de artesanatos (imagem 6), confeccionados a partir da matéria prima local pelos indígenas, todas essas casas são construídas de capim manibu.

**IMAGEM 4** - Cineoca



**IMAGEM 5** - Redário



**IMAGEM 6** - Loja de artesanato



**Fonte:** Visita de campo, julho/2022.

Nesse amplo espaço pedagógico e cultural, o ambiente é ressignificado, e transformam-se em lugar em que, se dialogam com os saberes, os fazeres, as histórias e as memórias dos povos indígenas, assim possibilitam conexões com a natureza a partir da cosmovisão indígena. Além dessas questões, há uma preocupação do grupo no que concerne ao cumprimento da legislação, sobretudo, a Lei nº 11.645/08, a qual altera a redação do artigo 26-A da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, modificada pela Lei nº 10.639/03. Conforme nova redação do artigo 26-A inclui-se a obrigatoriedade no ensino fundamental e ensino médio, públicos e privados, a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (BRASIL, 2008).

Observamos que embora o ambiente não funcione como um espaço formal de educação, ao abrir suas portas especialmente para as escolas, busca colocar em ação um diálogo que contribua com o processo educativo dos estudantes, de modo que (re) conheçam, respeitem e valorizem a importância e as contribuições dos povos originários na história do nosso país. Do mesmo modo, em suas ações pedagógicas buscam interlocução com a Lei nº 13.666/18, que altera a LDBEN/96 para incluir no artigo que trata de educação alimentar e nutricional incluída entre os temas transversais (Brasil, 2018).

Todo esse aparato da educação formal enfatizado pelo líder do grupo, Jaguar, é colocado em ação em consonância com a Lei nº 9.795/99, que dispõe sobre a educação ambiental, principalmente os artigos 4º e 5º que tratam dos princípios e objetivos da educação ambiental (Brasil, 1999). Dessa forma, as atividades educativas e culturais desenvolvidas pela ONG Gamboa do Jaguaribe são planejadas a partir desses múltiplos enfoques e para os mais diversos sujeitos que desejam conhecer a cultura dos povos indígenas a partir das suas próprias narrativas em conexão direta com a natureza. Dentre as atividades proporcionadas pela ONG destaca-se:

trilha guiada, passeio de barco, banho no rio e lago, o redário e a cineoca e, pela demanda informada, a agenda de visitas, filmes, palestras e oficinas, percebe-se que a finalidade educativa e de valorização tem sido alcançada.

Na segunda atividade realizada por nós, encontramos a comunidade indígena Catu ou Katu, localizada em Canguaretama/RN, município localizado na mesorregião Leste Potiguar e microrregião Litoral Sul, distante a 78 km de Natal/RN, nela realizamos nossa última atividade da mobilidade acadêmica. Ao acessarmos a estrada de chão que leva à comunidade, a paisagem modifica-se e chama atenção a expressiva extensão de plantação de cana, onde somente a estrada está “livre” da invasão.

Essa prática é a demonstração concreta do uso da terra a serviço do sistema capitalista, onde não há preocupação com a biodiversidade existente, sustentabilidade, conservação e preservação, mas a exploração comercial, o lucro em detrimento da usurpação dos recursos naturais e miséria humana. O líder indígena Ailton Krenak, em sua obra “Ideias para adiar o fim do mundo” (2020), crítica essa ideia de humanidade desenvolvida pelo homem moderno, para ele, trata-se de “um mito de sustentabilidade, inventado pelas corporações para justificar o assalto à nossa ideia de natureza” (Krenak, 2020, p. 16).

O autor complementa que “os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram esquecidos pelas bordas dos planetas (...). São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – a sub-humanidade” (Krenak, 2020, p. 21). O autor compreende a humanidade desses grupos em profunda simbiose com a terra interdependente, orgânica, envoltos a terra. Essa lógica de relacionar-se com a terra contrapõe-se a essa política nefasta e moedora de carne dos grandes conglomerados empresariais, como por exemplo, os responsáveis pelas plantações da cana de açúcar que avançam sob a comunidade indígena Catu.

Diante da ameaça iminente as suas terras e à sua cosmovisão de mundo, incluindo o sagrado, a natureza e o cosmo, o povo indígena Catu mobilizou-se e organizou-se em defesa da sua comunidade. Conforme Freire (2020, p. 38), esse processo reflexivo possibilita “sua tomada de consciência e de que resultará sua inserção na história, não mais como espectadoras, mas como figurantes e autoras”. Nesse sentido, o povo Catu assumiu o protagonismo da sua história e encontrou no turismo indígena a estratégia para lutar e resistir frente às ameaças de exploração das suas terras.

Dessa forma, o turismo indígena faz parte do cotidiano da comunidade Catu, e observamos que não se trata de uma adaptação de espaços e lugares para turistas e/ou



curiosos/as, mas em conformidade com as concepções estabelecidas pelo movimento dos povos indígenas na América Latina, (Gonzalez, 2008). Assim, a comunidade Catu compartilha com os/as visitantes suas culturas, seus saberes e fazeres, sua forma de ser e estar no mundo como um mecanismo de defesa do seu espaço, provocando com isso um movimento intercultural, e ao mesmo tempo intracultural, por meio do qual dão visibilidade para suas culturas e lutas, bem como constroem uma potente rede de apoiadores as suas causas.

Chegamos à comunidade Catu por volta de 8h30min, fomos recepcionados pelo cacique e pelo aprendiz de pajé, que na ocasião estava realizando a sua pintura corporal. Ao perguntarmos sobre o que significavam as pinturas, ele respondeu que o significado variava de acordo com o momento (festas, lutas, celebração, entre outros), mas de um modo geral significavam demarcação da terra, proteção, defesa, coragem, força. Compartilhou que a sua pintura tinha relação com os desenhos da serpente, os quais representavam continuidade, movimento da terra, caminhos.

**IMAGEM 7-** Diálogo indígena



**Fonte:** Acervo pessoal, julho 2022.

A iniciação do aprendiz de Pajé em 2013 e na mocidade dos seus 31 anos, demonstrou que tinha muito a nos ensinar, sobre a vida, a relação com a natureza e a forma como compreendemos a nós mesmos, pois como ele mesmo disse “a mente já tá dizendo, ela mente muito” Krenak (2020, p. 61) destaca que tudo é natureza e ressalta que “todas as histórias antigas chamam a Terra de Mãe, Pacha, Mama, Gaia. Uma deusa perfeita e infundável, fluxo de graça, beleza e fartura.” Assim como seus ancestrais, conforme o aprendiz, o povo Catu concebe a natureza como Mãe.

Observamos que a cultura do povo Catu é atravessada por sua forte comunicação com a natureza, pois, suas práticas socioculturais estão pautadas em uma relação de respeito e gratidão, visto que o seu território é muito mais que espaço físico, é vida, é história, é

ancestralidade e vivência. Para o aprendiz, a Mãe natureza é detentora da vida, logo, ela gera e renova a vida. A natureza nos oferece tudo o que precisamos para viver neste mundo, por isso, deveram preservá-la e só tirar dela o necessário para a nossa sobrevivência.

Vale ressaltar que no contexto político atual, os povos originários estão sendo massacrados, em virtude da flexibilidade da legislação ambiental demandada pela política do governo federal, a qual tem como finalidade favorecer os empresários que de forma criminosa praticam a exploração vegetal e mineral em terras indígenas. Realidade que vem causando o assassinato de muitos indígenas, sindicalistas, ambientalistas, indigenistas, ativistas entre outros que combatem essas ações desumanas.

Em um movimento de constante resistência o povo Catu tem desenvolvido estratégias contra a ação de criminosos que avançam sobre suas terras para apropriação e extração dos recursos vegetais, minerais e animais. Uma das estratégias encontradas para o combate dessas ações ilegais foi à abertura da comunidade para o turismo indígena. Ação que possibilitou ampliar a rede de proteção para a comunidade a partir do diálogo com instituições governamentais e não governamentais.

Essa tomada de consciência do povo Catu e posterior movimento de organização coletiva frente às problemáticas impostas por agentes externos, reverbera com o pensamento de Freire (2020) quando afirma que

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura (Freire, 2020, p. 40).

Nesse processo de desenvolvimento cultural do turismo indígena, as ações na comunidade Catu iniciam-se com uma roda de conversa, uma reapropriação dos Círculos de Cultura, conduzida pelo cacique. Os temas geradores do diálogo versam sobre as razões que levaram ao desenvolvimento do turismo indígena na comunidade, na perspectiva do turismo pedagógico, entre as quais destacamos: a defesa do seu território por indígenas e não indígenas; o desenvolvimento de identidade e pertencimento dos moradores das comunidades; a valorização das práticas cotidianas em diálogo com outras culturas; fomentar a renda dos comunitários aliada à produção da agricultura, como a exemplo a batata doce; e acima de tudo, despertar a importância da defesa dos povos indígenas, valorização e preservação das suas culturas.

As pesquisas acadêmicas desenvolvidas com a comunidade somam forças às causas do povo Catu e contribuem para a visibilidade da comunidade no Estado e em outros estados brasileiros. A comunidade Catu se transformou numa grande árvore com raízes profundas e fortes, alimentada com a sabedoria e força do seu povo que dia após dia buscam estratégias para manterem-se vivos.

O turismo indígena, norteador pela perspectiva do turismo pedagógico, tem sido uma ferramenta fundamental para a defesa e desenvolvimento da comunidade a partir do protagonismo dos indígenas e suas práticas sociais e culturais, as quais têm sido abraçadas por diferentes grupos, e visibilizadas em pesquisas acadêmicas, pelas redes sociais, entre outros meios de divulgação. Os indígenas da comunidade Catu viram nesse diálogo com outros conhecimentos possibilidades de coibir a invasão no seu território, como a necessidade da compra de um drone para fiscalizar a área, para a compra do equipamento, uma campanha vem sendo mobilizada pelas redes sociais.

Conscientes de que os conhecimentos circulam, ao se permitirem serem vistos a partir da sua realidade, da sua forma de ser e estar no mundo, mostrar parte do seu cotidiano, o povo Catu potencializa a compreensão e a valorização de suas culturas pelos diferentes grupos que visitam a comunidade. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas pelo turismo pedagógico trazem desde o processo da acolhida a cosmogonia indígena, incluindo seus ritos, cantos, saberes, em diálogo com a mãe natureza. Antes de iniciarmos a trilha ecológica, o cacique e o aprendiz de pajé, entoaram cânticos em reverência a natureza, acompanhados do ritual de purificação e limpeza. Além desse momento ritualístico, antes de entrarmos na trilha ecológica, o cacique entoou um canto e pediu autorização para a mãe da floresta, pedido estendido a todos e todas.

A trilha ecológica é uma aula a céu aberto sobre ancestralidade, sustentabilidade, sobre a história de lutas e resistência de um povo que há séculos tem tentado nos ensinar sobre como viver em harmonia com a natureza e a mantê-la em pé para o equilíbrio do planeta, luta está que coloca suas vidas em risco. Durante a caminhada nos eram apresentadas as plantas medicinais, as frutíferas, as venenosas, as utilizadas para a fabricação de objetos domésticos, as sementes para a confecção do artesanato, entre outras.

## 5 Conclusão

Consideramos que, entre os objetivos de relatar as experiências vivenciadas nas comunidades e demonstrar a lógica do pensamento dos sujeitos dessas comunidades em diálogo com o pensamento científico dos autores eleitos, a partir das diferentes práticas de resistências observadas, das práticas educativas interculturais narradas pelos sujeitos com os quais mantivemos contato, as quais se constituem estratégias para subverter à lógica dominante e ressignificam espaços, lugares e os modos de ser e estar no mundo, e aprendemos os saberes quilombolas e indígenas, compreendemos o valor da ancestralidade e consolidamos conceitos trabalhados no mundo acadêmico como identidade, pertencimento, interculturalidade, todos esses analisados criticamente no corpo deste texto e experienciados nas vivências locais. Essas vivências ampliam o nosso olhar para as múltiplas diversidades existentes e, especialmente, para nossos interesses investigativos e formação humana.

Nesse sentido, em atendimento ao objetivo geral deste relato, evidenciamos os saberes locais a partir das práticas sociais, educativas, de saúde e de sustentabilidade econômica nas comunidades indígenas e quilombolas e que se materializam como resistência ao conhecimento transmitido por gerações passadas, um saber comunitário, que dialoga com sistematizações do pensamento acadêmico-científico, no entanto, ao transformar a comunidade quando atualiza a vida instrumental e técnica, se mantém vívido na origem do saber ancestral.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: guardiões das matas e rios**. 2ª. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.666 de 16 de maio de 2018**. Inclui o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13666.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13666.htm). Acesso em: 3 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira e indígena". Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 3 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**, que "Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais". Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 20 mar. 2023

BRASIL. **Lei nº 9.795 de 27 de abril 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm). Acesso em: 03 mar. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **IBGE**. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/portalegre/panorama>. Disponível em: Acessado em 14 de setembro de 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade** [recurso eletrônico] / Paulo Freire. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONZALEZ, Magdalena Morales. **¿Etnoturismo ou turismo indígena?** Revista Teoría y Práxis. 5 (2008: 123-136). Disponível em: <http://www.teoriaypraxis.uqroo.mx/doctos/Numero5/Morales.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidade del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. *In*: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramon (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, Bogotá, 2007.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. **Paulo Freire**: gênese da interculturalidade no Brasil. Curitiba: CRV, 2015.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, Recepção e Leitura**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.